



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputado Federal MARANGONI**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE  
CIDADANIA**

**PROJETO DE LEI Nº 10.388, DE 2018**

Denomina "Passarela Aureliano  
Henriques Brotto", passarela situada  
no km 201+700 da Rodovia  
Presidente Dutra (BR-116), Município  
de Arujá, Estado de São Paulo.

**Autor:** Deputado MARCIO ALVINO

**Relator:** Deputado MARANGONI

**I - RELATÓRIO**

Pelo presente projeto de lei, denomina-se "Passarela Aureliano Henriques Brotto", A passarela situada no km 201+700 da Rodovia Presidente Dutra (BR-116), no Município de Arujá, Estado de São Paulo.

O projeto foi distribuído inicialmente à CVT – Comissão de Viação e Transportes, onde foi aprovado, nos termos do parecer do Relator, Deputado MARCO BERTAIOLLI, em 2019.

A seguir, o projeto foi analisado pela CC – Comissão de Cultura, onde também foi aprovado, nos termos do parecer da Relatora, Deputada ROSANA VALLE, também em 2019.

Agora, o projeto encontra-se nesta douda CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – onde aguarda parecer acerca de sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, no prazo do regime ordinário de tramitação.

É o relatório.

**II – VOTO DO RELATOR**

Compete a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania analisar a proposição exclusivamente quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e redação, nos termos previstos no art. 32, inciso IV, alínea "a", do Regimento Interno.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputado Federal MARANGONI**

A iniciativa da proposição em epígrafe é válida, pois trata-se de dar denominação a trecho de rodovia federal, o que, evidentemente, só pode ser feito por lei federal. A matéria é da competência da União e, portanto, deve o Congresso Nacional dispor sobre a mesma (CF, art. 48, V).

No que respeita aos aspectos de juridicidade, verificase que o projeto harmoniza-se com as prescrições tanto da Lei nº 6.682/79, que dispõe sobre a denominação de vias, obras-de-arte e estações terminais do Plano Nacional de Viação, quanto da Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos. Para além disso, a proposição atende a todas as prescrições de técnica legislativa e redação da Lei Complementar nº95/98.

Assim, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL nº 10.388/18.

É o voto.

Sala da Comissão,      de      de 2023.

Deputado **MARANGONI**  
Relator





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputado Federal MARANGONI**

Apresentação: 10/05/2023 09:41:11.710 - CCIC  
PRL 2/0

**PRL n.2**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE  
CIDADANIA**

**PROJETO Nº 565, DE 2020**

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para tratar de ações de educação em saúde executadas pelos profissionais do Sistema Único de Saúde.

**EMENDA DE REDAÇÃO Nº 1**

Substitui-se no Art. 30-A da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, introduzido por esse Projeto, a expressão "promover" pela expressão "atuar em".

Sala da Comissão, em        de        de 2023.

Deputado **MARANGONI**  
Relator



\* C D 2 3 0 9 1 0 2 4 3 5 0 0 \*